

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14068	21086/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - 1/2014/192/0 - RUA D. JOÃO E SOUSA, Nº 17		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 3159/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2014/192/0 - RUA D. JOÃO E SOUSA, Nº 17

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica e parecer do I.S.S., o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13790 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de alteração e ampliação. Notifique-se a requerente a apresentar os projetos de especialidades."
- A 22/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMUP [DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO E PLANEAMENTO]
DU [DEPARTAMENTO DE URBANISMO]

PROCESSO: 3159/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-2668 DE 03/02/2026; **2025-E-RE-1524 DE 20/01/2026**

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA – CENTRO D. JOÃO NOVAIS E SOUSA

LOCAL DA OBRA: RUA D. JOÃO NOVAIS E SOUSA N.º17, UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA

Rosana Ferreira, Arqt.^a

21/04/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA – CENTRO D. JOÃO NOVAIS E SOUSA através do pedido registado com o n.º 2025-E-RE-1524, apresenta o pedido de **alteração à licença de edificação**, em edifício existente, sito na Rua D. João Novais e Sousa n.º17, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º1790/20090122, inscrito nas matrizes n.º263 n.º892 de natureza urbana.
- 1.2. O requerente apresenta através do requerimento 2026-E-RE-2668 o aperfeiçoamento do pedido.
- 1.3. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais nos serviços deste município:
 - Processo n.º 1/2018/1504 – Pedido de licenciamento com Despacho de deferimento comunicado pelo ofício n.º 100/10/2022 de 28/04/2022.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido de licenciamento encontra-se instruído de acordo com a informação técnica n.º 2026-3252 emitida pela DPU em 04/02/2026.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. O requerente apresenta parecer favorável do Instituto de Segurança Social (I.S.S.) que se pronunciou através da informação com referência n.º 2936-091-PF-2025UTAE-NATRS emitida em 18/12/2025.
- 4.2. No âmbito da apresentação dos projetos de especialidades, o requerente fica obrigado a instruir o processo com parecer favorável emitido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).



5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 5.1. Decreto- Lei n.º 64/02007 de 14 de março
- 5.2. Portaria n.º 262/2011
- 5.3. Decreto-Lei 203/2015 de 17 de setembro

6. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

6.1. Enquadramento:

6.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como **EC1 – Espaço central** – segundo o artigo 59º do RPDM - 3ª REVISÃO – Aviso n.º 8551_2026_2, 2ª Série do Diária da República de 15 de abril.

6.3. A pretensão insere-se em:

- Estrutura Ecológica Municipal
- Zona de Salvaguarda Patrimonial – Área de salvaguarda arquitetónica



Figura 1 - Extrato da Planta de Classificação e Qualificação de solo RPDM

6.4. Análise Urbanística:

- 6.5. A proposta prevê a requalificação e ampliação do edifício (composto por dois volumes) onde está localizado o Centro D. João Novais e Sousa, propriedade da Associação da Creche de Braga.
- 6.6. A proposta considera a instalação no 2º piso do edifício principal de um Lar Residencial e o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão no edifício adjacente. É assegurada a comunicação entre os dois volumes através de comunicações verticais e ascensor.
- 6.7. O Lar Residencial é composto por um total de 15 quartos de tipologias individual, duplo e triplo.
- 6.8. O Centro Social é composto pela receção, gabinete de direção, instalações sanitárias, zona de convívio, zona de refeições, copa e serviços de apoio.
- 6.9. A intervenção abrange os espaços exteriores, considerando espaços de lazer, zonas de estar ladeadas com espécies arbóreas
- 6.10. Sobre o edifício principal (composto por dois pisos acima da cota de soleira), a proposta prevê a reorganização interior de acordo com o novo programa, considerando a ampliação para nascente criando uma ligação com o outro volume existente (com um único piso).



- 6.11. Há alteração sobre os vãos dos alçados, sendo que ao nível do alçado principal a proposta prevê apenas a alteração de uma janela para porta por necessidade de adaptação ao novo programa, prevendo-se como acabamento das fachadas reboco branco e as caixilharias em alumínio anodizado.
- 6.12. A intervenção proposta salvaguarda o disposto no artigo B-1/48º do CRMB.
- 6.13. A proposta salvaguarda o disposto no ponto 1 e 2 do artigo 59º do RPDM (nomeadamente quanto ao cumprimento do Título “Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico” e à garantia do respeito pelas características arquitetónicas da preexistência).
- 6.14. Pelo exposto não há nada a opor.

7. ANÁLISE REGULAMENTAR COMPLEMENTAR:

- 7.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 7.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma.
- 7.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 7.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 7.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.



8. PROPOSTA DE DECISÃO:

8.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação e parecer do Instituto de Segurança Social, pelo que se propõe a sua aprovação.

8.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

8.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá o requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.
- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

